

O ISOMORFISMO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Autoria: Heloísa Helena Marques da Silva, Milton de Abreu Campanario, Maria Tereza Saraiva de Souza

Resumo

O desenvolvimento desta está no contexto da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA que determina a inclusão da Educação Ambiental - EA em todos os níveis do ensino brasileiro de modo transversal contínuo e permanente, vedando às instituições sua utilização como uma disciplina específica. A pesquisa se apoia em referencial teórico do isomorfismo institucional aplicado ao tema transversal na análise da PNEA e Diretrizes Curriculares do Curso de Administração que demonstraram ser adequados aos objetivos de identificar os mecanismos isomórficos que impulsionam as organizações de ensino para uma mudança de atitude e de comportamento neste tema. A investigação está centrada em desvendar quais forças levam uma Instituição de Ensino Superior (IES) à incorporação de temáticas sobre sustentabilidade na grade curricular da graduação em Administração, como tema transversal. A metodologia utilizada foi uma quali-quantitativa, que usou como procedimento um estudo multicaso em quatro IESs, que oferecem cursos de graduação em Administração.

1. Introdução

No Brasil, em 1999 é criada a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, sancionada pela Lei 9.795 e regulamentada pelo Decreto 4.281/02 (BRASIL, 1999; 2002), determinando a obrigatoriedade da Educação Ambiental - EA como tema transversal em todos os níveis educacionais. As Instituições de Ensino Superior - IESs, públicas e privadas, passaram a ter responsabilidade de integrar a dimensão ambiental em seus cursos e capacitar os docentes para abordar a EA como tema transversal. O novo cenário determina a necessidade de alterações nas estruturas curriculares de todos os cursos de graduação, incluindo Administração (BRASIL, 2002). Kluglianskas (1993) defende o fator meio ambiente como quesito importante para a eficácia das organizações, destacando a abordagem didática como uma das dimensões que deve ser observada para a sua implantação. Para esse autor, a interdisciplinaridade, que caracteriza essa temática ambiental, implica no abandono das abordagens tradicionais. Para Gonçalves *et al* (2009), os desafios para a integração da

temática ambiental nos cursos de graduação em Administração serão superados na medida em que essa temática for tratada com consistência pelos projetos pedagógicos dos cursos.

Barbieri (2004) aponta como questão problemática o lento desenvolvimento das abordagens multi e interdisciplinar no âmbito das disciplinas dos cursos de Administração. Barbieri e Silva (2010) pontuam a falta de conhecimento dos professores para tratar da EA transversalmente como uma das dificuldades para implantação da PNEA. Em outro momento, esses autores passam a ver a gestão ambiental como um conjunto de temas que pode ser desenvolvido transversalmente no curso de graduação, dentro de uma perspectiva em que a EA e a gestão ambiental compartilhem a convergência e a articulação entre ambas, proporcionando a aplicação da PNEA (BARBIERI; SILVA, 2011).

O EA é pouco abordado pela área da Administração. Isto pode ser verificado em dois estudos realizados por Souza *et al* (2011a; 2011b). No primeiro foi realizado um mapeamento da produção científica sobre sustentabilidade ambiental dos programas de pós-graduação senão estrito em Administração entre 1987 e 2009, sendo encontradas 13.656 teses e dissertações. Dentre elas, 536 estão trabalhos relacionados à sustentabilidade ambiental. Com base neste levantamento, foi possível mapear, para efeito desta pesquisa, nove trabalhos sobre EA, verificando-se que nenhum destes utiliza como esta temática como tópico transversal em cursos de administração. No outro estudo realizado em periódicos A1 e B1 nacionais na área de Administração, Souza *et al* (2011b) verificaram que houve um aumento substancial de artigos sobre sustentabilidade ambiental. Foram encontrados 212 artigos sobre a temática investigada. Entre eles, apenas dois artigos contextualizando a EA no curso de graduação em Administração (BARBIERI, 2004; GONÇALVES-DIAS *et al*, 2009). Esses estudos indicam que essa temática tem sido pouco abordada pela produção científica sobre pesquisa e ensino de Administração. Neste contexto o objetivo geral desta pesquisa consiste em responder às seguintes questões: Quais são as pressões que contribuem para a institucionalização da Educação Ambiental em cursos de graduação em Administração como tema transversal, conforme determina a Política Nacional de Educação Ambiental? Existem pressões isomórficas que poderiam facilitar a convergência e a articulação do ensino ambiental como tema transversal? Ao buscar responder as questões de pesquisa por meio de método de pesquisa quali-quantitativo a ser aplicado em instituições de ensino, este estudo buscará atingir seis objetivos específicos: i- Analisar como o Ministério da Educação supervisiona a implantação da PNEA no curso de graduação em Administração; ii- Analisar como as IESs incorporam conteúdos relacionados as temáticas sobre sustentabilidade nestes cursos; iii- Identificar quais pressões isomórficas motivaram a inserção da temática sobre sustentabilidade; iv- Verificar se a formação inicial do docente é geradora de pressão normativa ao contemplar temas relacionados à sustentabilidade, EA ou tema transversal; v- Verificar se os docentes foram capacitados para realizar a inserção das temáticas sobre sustentabilidade ao ministrarem a disciplina e identificar os responsáveis por essa formação; vi- Analisar quais metodologias e quais temas os professores utilizam para a inserção das temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal ao ministrarem a disciplina. Este trabalho divide-se em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, o método de pesquisa, análise e discussão dos resultados e as considerações finais. A fundamentação teórica aborda a Teoria do Isomorfismo Institucional e os conceitos de pressões isomórficas; apresenta o conceito de tema transversal e as formas metodológicas para sua aplicação; e analisa a PNEA e as DCN da Administração.

2. Referencial Teórico

2.1 Isomorfismo

Os mecanismos que impulsionam as organizações para a mudança são nomeados de pressões isomórficas (Dimaggio e Powell, 2005). O isomorfismo é um processo de restrição que obriga uma unidade da população a assemelhar-se a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Os fatores isomórficos pressionam a organização a

se parecer a outras no mesmo conjunto de condições ambientais (ROSSETO; ROSSETO, 2005). Existem dois tipos de isomorfismo: o competitivo e o institucional. O competitivo enfatiza apenas competição no mercado. O institucional induz as organizações ao poder político, à adequação social e econômica e legitimação institucional. Os processos isomórficos provocam as mudanças nas organizações para o alcance da legitimidade e estabilidade (FREITAS; GUIMARÃES, 2007; GINN; SHEN; MOSELEY, 2008).

Dimaggio e Powell (2005) propõem três mecanismos de mudanças isomórficas institucionais: isomorfismo coercitivo, resultante de influências políticas e de demandas ligadas à legitimidade; isomorfismo mimético, que deriva de respostas padronizadas à incerteza; isomorfismo normativo, associado à profissionalização.

O isomorfismo coercitivo pode resultar de pressões formais e informais que são exercidas por outras organizações, em conformidade com as expectativas criadas pela sociedade, podendo ser sentidas como coerção, persuasão, ou conluio (DIMAGGIO; POWELL, 2005 p. 77). A organização pode sofrer uma imposição direta para adotar procedimentos operacionais padronizados e de regras e estruturas legitimadas, fixados por organizações maiores, das quais pode ser dependente. Segundo Venard e Hanafi (2008) as pressões coercitivas podem ser um fator chave para explicar a adoção, por exemplo, da corrupção por uma instituição, ou o seu oposto, condutas éticas. A mudança organizacional provocada pelo isomorfismo coercitivo pode ser uma resposta a leis governamentais ou exigências contratuais (DIMAGGIO; POWELL, 2005; LACOMBE; CHU, 2008). Há peculiaridades do isomorfismo quando os ambientes são politicamente construídos. Tomadores de decisão não experimentam as consequências de suas ações políticas, tornando as organizações cada vez mais homogêneas dentro de determinados domínios (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.78).

No isomorfismo mimético a incerteza é uma força poderosa que encoraja a imitação. As organizações tomam outras como modelo quando, por exemplo, as tecnologias organizacionais são insuficientemente compreendidas, as metas são ambíguas e o ambiente cria uma incerteza simbólica. O mimetismo pode provocar uma considerável economia em ações humanas, quando uma organização tem à sua frente um problema com causas ambíguas e soluções pouco nítidas (DIMAGGIO; POWELL, 2005; TOLBERT; ZUCKER, 1999). Ao imitar, a organização pode criar uma base que lhe permita atingir novos campos de atuação, já alcançados por suas concorrentes com maior potencial econômico. (BROUTHERS; O'DONNELL; HADJIMARCOU, 2005). A organização que sofre a imitação pode não ter consciência que está sendo (e nem desejar ser) imitada.

A profissionalização é a principal fonte geradora do isomorfismo normativo. Dimaggio e Powell (2005) interpretam a profissionalização como a luta coletiva dos membros de uma profissão para definir os métodos e as condições do seu trabalho, para controlar a produção e estabelecer uma base cognitiva de legitimação para a autonomia da sua profissão. As categorias profissionais estão sujeitas às mesmas forças coercitivas e miméticas que pressionam as organizações. As universidades, as instituições de treinamento profissional e as associações profissionais constituem importantes centros de desenvolvimento de normas para o comportamento organizacional entre os gerentes profissionais e seus funcionários (MACHADO-DA-SILVA; COSER, 2006; LACOMBE; CHU, 2008; CORAIOLA; MACHADO-DA-SILVA, 2008).

2.2 Política Nacional de Educação Ambiental

A Lei nº 9.795/99 cria a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, traçando objetivos para EA. A sua regulamentação é formalizada dois anos depois pelo Decreto 4.281/02, que define seu Órgão Gestor, dirigido pelos Ministros do Meio Ambiente e da Educação (BRASIL, 1999, 2002). No emaranhado normativo sobre o tema, destaca-se a Lei 9.795/99, formada por quatro capítulos (BRASIL, 1999). No capítulo I, encontra-se a

definição de EA: “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999 Artigo 1º). A Lei determina que a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, sendo sua presença obrigatória em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999 Artigo 2º). Essa Lei define a EA como um direito de todo cidadão e distribui responsabilidades - o Poder Público deve promover a dimensão ambiental em todos os níveis do ensino e provocar o engajamento de toda a sociedade às questões ambientais. As instituições educacionais públicas e privadas são responsáveis por promover a EA integrada aos seus programas educacionais.

O Artigo 5º da Lei estabelece os objetivos para a EA. Segundo Winther (2010) o artigo mostra “o caráter transversal da EA com relação às disciplinas tradicionais do currículo escolar”, afirmando-a como uma política voltada para a construção de uma sociedade democrática e ambientalmente sustentável. O artigo 8º relaciona as linhas de atuação pelas quais devem seguir as atividades vinculadas ao PNEA. Estas ações devem envolver: a capacitação de recursos humanos; o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; a produção e divulgação de material educativo; e o acompanhamento e a avaliação. Dentre as linhas de atuação citadas no artigo 8º destaca-se, no Parágrafo 2º, que trata da capacitação de recursos humanos, e indica a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino. Entende-se por EA na educação escolar aquela presente no âmbito dos currículos das instituições, públicas e privadas, englobando: educação básica; educação infantil; ensino fundamental e ensino médio; educação superior; educação especial; educação profissional; e educação de jovens e adultos (BRASIL, 1999 art. 9º). No Art. 10º, esclarece que a EA deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e que não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, facultando essa liberdade apenas para os cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas para os aspectos metodológicos de EA (BRASIL, 1999). No Artigo 11º, determina-se que a dimensão ambiental deve constar do currículo de formação de professores de todos os níveis e em todas as disciplinas e que os professores em exercício devem receber formação complementar em suas áreas de atuação (CARVALHO, 2003c; 2003a). Coloca-se o desafio de propor sequências didáticas e questões conceituais e metodológicas de ensino que utiliza (TRIVELATO, 2003). Segundo o Artigo 12º a autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, devem observar o disposto na Lei 9.795/99 (BRASIL, 1999), podendo-se concluir que as autorizações para o funcionamento dos cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Fundamental - IEF, Instituições de Ensino Médio – IEM e Instituições de Ensino Superior – IES ficam vinculadas ao uso da EA como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, não devendo ser implantada como disciplina específica no currículo e ao uso da dimensão ambiental no currículo de formação de seus professores. A regulamentação da PNEA entrou em vigor em 25 de junho de 2002, por meio do Decreto 4.281 (BRASIL, 2002). O art. 14 da Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999), cria o Órgão Gestor que fica sendo o responsável pela coordenação da PNEA, e dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação (Art. 2º). O Artigo 3º enumera as competências do Órgão Gestor, com destaque para: “apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário” (BRASIL, 2002, Art. 3º, incisos III). Fica sob o Ministério da Educação a responsabilidade de apoiar a inclusão da EA em todos os níveis educacionais, por intermédio de seus órgãos competentes e ao mesmo tempo, exercer uma ação de supervisão e avaliação da implementação. O Artigo 5º do Decreto estabelece que a integração da EA às disciplinas deve ser de modo transversal, contínuo

e permanente e a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores (BRASIL, 2002, Art. 5º, incisos I - II, grifo nosso).

O Decreto 4.281/02 deixa claro que a integração da EA deve acontecer de um modo transversal, confirmando que as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, devem ser usados para a inclusão contínua e permanente da EA, solicitando a adequação dos programas de formação continuada ministrada aos docentes. A formação continuada é concomitante ao exercício profissional e proporciona a aquisição de novos conhecimentos, atitudes e competências ligadas às necessidades da docência (GARCIA, 1992).

2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais da Administração

As atuais regras da DCN foram retificadas pela Resolução nº 4 de 13 julho de 2005. Segundo a Resolução nº 4/05, toda a IES que oferece cursos de Graduação em Administração e bacharelado devem utilizar a DCN para organização curricular do curso (BRASIL, 2005a Art. 1º). Essa organização fica expressa por intermédio do projeto pedagógico que abrange: o perfil do formando; as competências e habilidades; os componentes curriculares (disciplinas); o estágio curricular supervisionado; as atividades complementares; o sistema de avaliação; o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso; e do regime de acadêmico de oferta e outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico (BRASIL, 2005 Art. 2º).

As competências e habilidades que devem ser proporcionadas pelo curso de graduação, ao administrador, são descritas no Art. 4º e no Artigo 5º, são descritos os conteúdos desejados nos projetos pedagógicos e na organização curricular do curso de Administração: Conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações {...} e **IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar** para o enriquecimento do perfil do formando. (BRASIL, 2005a Art. 5º inciso IV, grifo nosso).

Nas DCN da Administração, os conteúdos com caráter transversal e interdisciplinar, onde deve estar contida a EA, são reconhecidos como itens para o enriquecimento do perfil do formando. Devem estar relacionados como conteúdos que tenham interrelações com a realidade nacional e estrangeira, segundo uma perspectiva contextualizada no âmbito das organizações, mas, são categorizados como **“opcionais”** na formação do curso. Nota-se uma falta de definição específica desses conteúdos e de uma ligação com as determinações da Lei 9794/99 (BRASIL, 1999). Situação diversa percebe-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde encontra-se uma clara definição de quais são temas transversais que devem ser desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Médio e Fundamental – “Ética, Saúde, **Meio Ambiente**, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, com seu objetivo pedagógico e sua concepção de aplicação pelas áreas ou disciplinas (MEC, 1997, p 44-45, 71, grifo nosso).

As atividades complementares são abordadas, no Artigo 8º, como “componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno”, que podem ser adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo-se a “prática de estudos e atividades independentes, transversais, **opcionais**, de interdisciplinaridade”, que sejam relacionadas com o ambiente do trabalho e com ações de extensão realizada junto à comunidade (BRASIL, 2005, art. 8 - grifo nosso). Na observação atenta desse artigo, onde cita-se a prática de estudos e atividades transversais, onde poderia ser inserida a EA, a categorização como atividade opcional vai de encontro as orientações da PNEA, que determina a EA como uma prática obrigatória que deve ser integrada à disciplina.

2.4 Tema Transversal e as Metodologias para sua Aplicação

A transversalidade e a interdisciplinaridade fundamentam-se contra uma concepção de conhecimento que analisa a realidade como um conjunto de dados estanques e observados a

partir da isenção do distanciamento. As duas consideram a importância da complexidade do real e sua teia de relações com seus aspectos diferentes e contraditórios. Ao mesmo tempo, as duas diferem: “a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento e a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática” (MEC, 1997 p. 31).

Para Nicolescu (1999) a transversalidade relaciona-se com tudo aquilo que está ao mesmo tempo entre, através e além das diferentes disciplinas, tendo como objetivo a compreensão do mundo presente. Segundo Araújo (2003.b) seus princípios nascem do questionamento sobre a falta de contextualização da ciência e da cultura, ao não tratarem de temas que digam respeito aos interesses da maioria das pessoas. Os temas transversais envolvem temas que tratam de processos vividos pela sociedade em seu cotidiano. Interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida (ZABALLA; FAZENDA, 2002 apud AMBONI *et al*, 2010, p. 6). De fato, o conceito de transversalidade “refere-se a um tipo de ensino que deve estar presente na educação obrigatória, não como unidade didática isolada, mas como eixos fundamentais dos objetivos, conteúdos e princípios” que protejam as conexões de matérias clássicas, acrescentando contextos sociais dinâmicos (BARBIERI; SILVA, 2011 p.150).

Moreno (2003), em sua proposta radical de reforma do ensino espanhol, defende uma forma de transversalidade em que os temas transversais sejam o eixo longitudinal. Em volta deles devem girar a temáticas curriculares. Esses temas seriam o eixo condutor do currículo e o foco central da educação e as disciplinas curriculares convencionais. Outra forma de conceber-se a transversalidade é entender que os conteúdos tradicionais formam o eixo longitudinal do sistema educacional. Em volta dessas áreas do conhecimento devem circular ou perpassar os temas transversais. As disciplinas são o eixo condutor do currículo longitudinal, e os temas formam o eixo transversal, ligados ao cotidiano da sociedade (ARAÚJO, 2003a, 2003b). A Figura 3 demonstra uma imagem gráfica que representa a concepção apresentada e a aplicação da transversalidade conforme entendida no PCN.

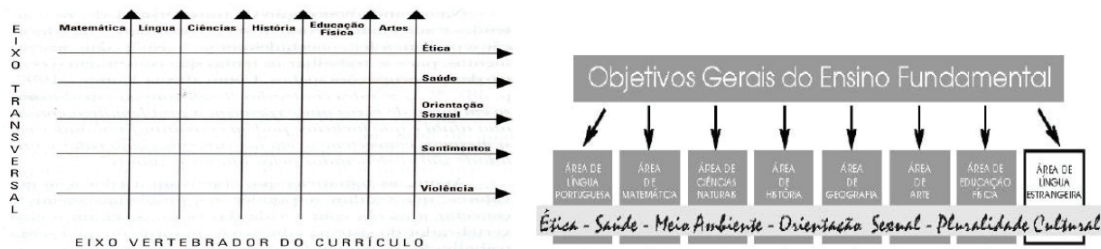


Figura 1 Concepção de transversalidade e Aplicação da transversalidade

Fonte: Araújo (2003.b, p. 57) e MEC (1997 p. 7) – recorte

Na comparação da concepção apresentada por Araújo (2003b) com aquele proposto pelos PCN para a aplicação da transversalidade no ensino fundamental (MEC, 1997), percebe-se uma similaridade entre as concepções. Araújo (2003b) representa cada tema por linhas independentes. Os PCNs (MEC, 1997) as integram em uma única linha, que corta transversalmente as disciplinas do curso. Nesta visão oficial do MEC os temas transversais têm o objetivo de envolver as disciplinas, trazendo para o curso assuntos relacionados à realidade social, impregnando-a com conteúdos da atualidade, proporcionando ao aluno uma dupla formação.

Segundo Araújo (2003.b), os temas transversais podem ser aplicados com cinco formas metodológicas: Atividades Pontuais; Disciplinas, Palestras e Assessoria; Projetos Interdisciplinares; Transversalidade Incorporada na Disciplina; e Transversalidade como Currículo Oculto. No Quadro 1 segue a definição de cada forma metodológica.

METODOLOGIA	DEFINIÇÃO
-------------	-----------

AP - Atividades Pontuais	Nas (AP), a transversalidade ocorre no conteúdo da disciplina de forma pontual, por intermédio de trabalhos, módulos de atividades ou aulas específicas dentro da disciplina.
DPA- Disciplinas, Palestras e Assessorias	No DPA têm a concepção de que o professor não possui a formação adequada para tratar o tema transversal na sala de aula e recorre a profissionais especializados por meio de disciplinas extras, palestras e pelo desenvolvimento de projetos que estão desconectados das atividades desenvolvidas pelas disciplinas curriculares.
PI- Projetos Interdisciplinares	É desenvolvida uma gama de materiais didáticos que passam a ser usado na escola, no decorrer do ano letivo, pelas disciplinas, que utilizam tais conteúdos como tema para desenvolver suas atividades.
TID - Transversalidade Incorporada nas Disciplinas	As preocupações com o cotidiano e os problemas sociais estão intrinsecamente ligados aos objetivos das disciplinas específicas. O comprometimento do professor com o tema transversal tem influência direta nessa forma metodológica.
TCO - Transversalidade Como Currículo Oculto	A presença do tema transversal é um “currículo oculto” que permeia as ações e avaliações dos docentes. O uso das temáticas que ocorre no surgimento de oportunidades na sala de aula, por meio de debates.

Quadro 1 Formas para aplicação de um tema transversal

Fonte: Araújo (2003b)

Todas as formas citadas não são excludentes entre si, podendo ser usadas de forma complementar e simultaneamente durante a disciplina e no curso.

2.5 Desenvolvimento do Modelo Conceitual de Análise

A integração do tema transversal do PCN (MEC, 1997) com as formas metodológicas apresentadas por Araújo (2003b) e os conteúdos de formação profissional das DCN da Administração foram às bases para a construção de um modelo conceitual de um tema transversal na Graduação em Administração (Figura 2).

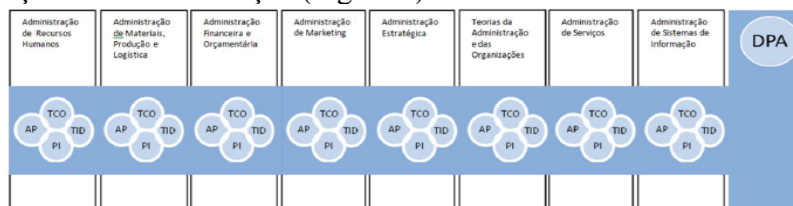


Figura 2 Formas de aplicação do tema transversal no curso de Administração

Fonte: adaptado de MEC (1997 p. 71), Araújo (2003b); DCN (BRASIL, 2005)

Nota: Disciplinas Palestras e Assessorias (DPA); Projeto Interdisciplinar (PI); Atividade Pontual (AP); Transversalidade Incorporada nas Disciplinas (TID); Temas como currículo oculto (TCO).

Na Figura 2, a linha da transversalidade, que corta os conteúdos de formação profissional do curso de Administração, é preenchida pelas formas metodológicas de aplicação do tema transversal. Elas se repetem ao perpassarem cada conteúdo de formação. Integrar a EA no curso de graduação em Administração como um tema transversal como determina a PNEA (BRASIL, 1999; 2002) significa: dar relevância ao tema para as organizações, conforme indica as DCN (BRASIL, 2004); impregnar metodologicamente os conteúdos tradicionais ministrados nas disciplinas (ARAÚJO, 2003b); e tornar o tema uma experiência educativa que contribua para o alcance de uma sociedade sustentável. A EA adaptada a realidade e necessidades do curso de Graduação em Administração, implicando em abordar como tema transversal a produção científica sobre sustentabilidade em seus aspectos múltiplos produzida pela Administração enquanto área do conhecimento.

A produção científica sobre sustentabilidade em seus aspectos múltiplos produzida pela Administração enquanto área do conhecimento, preencheria a linha da transversalidade que corta os conteúdos de formação profissional. O Quadro 2 apresenta a união da relação de aderência feita por Barbieri e Silva (2010:2011) e algumas das temáticas ambientais levantadas por Souza *et al* (2011a; 2011b).

Conteúdos De Formação Profissional	TEMÁTICAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE SUSTENTABILIDADE	
	Temáticas ambientais	ENGEMA
Administração Financeira e Orçamentária	Passivo ambiental; Contabilidade ambiental; Indicadores de desenvolvimento	Análise de risco; Indicadores ambientais; Contabilidade ambiental; Fundos éticos; Indicadores socioambientais;

	Sustentável; Relatórios de sustentabilidade.	Investimentos sustentáveis; Riscos ambientais e valor da empresa; Técnica de avaliação e valoração econômica.
Teorias da Administração Teorias das Organizações Administração de Serviços Administração Estratégica Administração de Sistema de informação	Responsabilidade ambiental; Gestão de meio ambiente; Governança ambiental; Índice de sustentabilidade; Sustentabilidade corporativa; Norma socioambiental; Gestão socioambiental; Incorporação de questões ambientais e sociais;	Ecologia industrial; Gestão socioambiental e de desempenho empresarial; Gestão sustentável da cadeia de suprimento; Gestão tecnológica, meio ambiente e responsabilidade social; Modelos de gestão ambiental estratégica;
Administração de Recursos Humanos	Conflito (ambiental-socioambiental); Coleta seletiva; Educação Ambiental.	Conflitos no âmbito socioambiental empresarial; Gestão de RH para gestão ambiental; Sistemas de gestão ambiental e de responsabilidade social; Técnicas de negociação e mediação em questões socioambientais.
Administração de Materiais, Produção e Logística	Eco eficiência; Análise de risco ambiental; Dano ambiental; Acidente ambiental; Reaproveitamento, reciclagem; Gestão de perdas; Produção mais limpa; Cadeia de suprimento orgânico e reversa; Compra verde; Logística reversa; Avaliação do ciclo de vida.	Análise de riscos ambientais; Avaliação de impactos ambientais; Avaliação do ciclo de vida; Compras sustentáveis; Ecologia industrial; Estratégia empresarial e meio ambiente; Gerenciamento integrado de resíduos; Gestão sustentável de cadeia de suprimento; Gestão tecnológica, meio ambiente e responsabilidade social; Indicadores socioambientais; Logística reversa; Produção mais limpa;
Administração Mercadológica /Marketing	Análise do Ciclo de vida (ACV); Apelo/ Atributo (ecológico); Comportamento socioambiental; Consumo (consciente e sustentável); Decisão de compra ecológica; Marketing ambiental; Produto sustentável.	Avaliação do ciclo de vida; Consumo sustentável; Marketing verde e social; Estratégia empresarial e meio ambiente; Redução de pobreza e projetos socioambientais empresariais; Rotulagem e certificação ambiental.

Quadro 2 Temáticas – Linha de transversalidade

Fonte: Adaptação de Souza *et al* (2010; 2011) e Barbieri e Silva (2010; 2011).

Esta abordagem apresenta uma das múltiplas possibilidades de temáticas que poderiam preencher a linha de transversalidade de um curso de graduação em Administração, utilizando as metodologias para aplicação do tema transversal (ARAÚJO, 2003b) e assim atenderem às determinações da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999; 2002).

3. Método de Pesquisa

Para atender aos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa com enquadramentos quantitativos e qualitativos. A análise qualitativa é útil para compreensão da lógica das informações, sugerindo, de maneira direta, como podem ser fortalecidas pelo levantamento quantitativo (EISENHARDT, 1989). Para coleta de dados se utilizou: análise documental nos Instrumentos de Avaliação para Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação do Ministério da Educação; entrevista semiestruturada com os coordenadores; e a aplicação de um questionário junto aos professores.

Em relação aos procedimentos, a presente pesquisa é um estudo multicaso, realizado em quatro IESs que oferecem cursos de graduação em Administração no Estado de São Paulo. O estudo de caso é uma estratégia que pode ser usada para explorar as situações em que não haja um único conjunto de resultados para o exame de eventos que apresentem comportamentos relevantes, que não podem ser manipulados (Yin, 2010).

O estudo de caso foi realizado em duas IES privadas e duas IES públicas. A escolha das IES pesquisadas ocorreu após o aceite de quatro instituições entre as dez IES consultadas, sendo que

duas só aceitaram após a garantia de anonimato. Para manter o sigilo definido para essa pesquisa, estas instituições serão identificadas da seguinte forma: as de categoria privada serão nominadas como PR1 e PR2 e as de categoria pública, como PU1 e PU2. Na realização da entrevista, o coordenador da PR1 respondeu às perguntas da entrevista por escrito. Na coleta de dados com o questionário na PU2 e na PR1, houve um importante envolvimento dos coordenadores, que tiveram a iniciativa de fazer um pedido aos professores para que respondessem o questionário. A seguir, são discutidos os resultados obtidos com os instrumentos de coleta de dados.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Objetivo Específico 1: Analisar como o Ministério da Educação e Cultura supervisiona a implantação da PNEA no curso de graduação em Administração.

Na análise do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) e do Instrumento de Avaliação para Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação (IARC), procurou-se identificar na Categoria de Avaliação Requisitos Legais e Normativos se a PNEA faz parte dos itens regulatórios. Como o MEC supervisiona a utilização das temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal no curso foi feito por meio da análise da dimensão organização didático-pedagógica.

Na verificação dos itens que compõem os Requisitos Legais e Normativos, foram encontrados itens das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2005a). Os itens que compõem essa categoria são interpretados, nos dois instrumentos, como itens de atendimento obrigatório pela IES. Mas a PNEA (BRASIL, 1999:2002) não é mencionada nessa categoria em nenhum dos instrumentos analisados.

O desenvolvimento do tema sustentabilidade como um tema transversal é cobrado da IES, apesar de não estar expresso nas DCN do curso de Administração. Os temas transversais são categorizados como opcionais (Brasil, 2005a - art. 5º). Percebe-se que a exigência da sustentabilidade como tema transversal, expressa nesse indicador, não tem relação com a PNEA (BRASIL, 1999:2002). A PNEA não está contextualizada nos instrumentos, verificando-se que o MEC não leva em conta a existência dessa política ao autorizar/fiscalizar o funcionamento do curso na IES. Percebe-se a ausência de um ambiente legalmente estruturado, que se relacione com a PNEA, característica do isomorfismo coercitivo (DIMAGGIO; POWELL, 2005; AGUIAR, 2007).

4.2 Objetivo Específico 2: Analisar como a IES incorpora conteúdos relacionados às temáticas sobre sustentabilidade no curso de graduação em Administração.

O alcance do objetivo específico foi possível com a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), com a entrevista realizada com os coordenadores e algumas questões do questionário aplicado aos docentes. A PR1 e a PU2 negaram o acesso ao PPC, as PU1 e PR2 deram acesso parcial. A análise dos PPCs das PR2 e PU1 permitiu a identificação da utilização de trabalhos interdisciplinares. No caso da PU2, esse trabalho tem estreita ligação com três disciplinas que desenvolvem temáticas sobre sustentabilidade no curso. O documento da PR2 menciona um seminário no segundo semestre do curso, que apresenta casos pesquisados pelos alunos com foco em sustentabilidade, palestras sobre temáticas relacionadas e duas disciplinas sobre sustentabilidade.

Por meio da análise dos documentos disponibilizados, identificou-se duas metodologias para aplicação de um tema transversal: Projeto Interdisciplinar (PI) - um trabalho que pode ser desenvolvido no curso utilizando a contribuição de diversas disciplinas; e a Disciplinas, Palestras e Assessorias (DPA) por meio da utilização de disciplina que desenvolve temáticas sobre sustentabilidade no curso e/ou um evento realizado com foco em casos sobre sustentabilidade e apresentação de palestras (ARAÚJO, 2003b).

Na entrevista com os coordenadores, ao serem questionados sobre como as temáticas sobre sustentabilidade são ministradas no curso e nas disciplinas, foram obtidas as seguintes informações: o coordenador da PR1 (IES que não permitiu acesso ao PPC) informou que as

ementas das disciplinas são planejadas de forma que os conteúdos ministrados sejam associados transversalmente com a temática sobre sustentabilidade, sem destacar a metodologia. Tomamos a iniciativa de pesquisar no *site* da IES a grade curricular oferecida no curso e verificamos que é oferecida uma disciplina no curso.

Os coordenadores da PR2 e da PU1 declaram que além do trabalho interdisciplinar os professores tem a liberdade de utilizar outras formas metodológicas. O coordenador da PU1 declarou que o curso se apoia fortemente na formação profissional dos professores. O coordenador da PR2 informou que o curso é composto de duas disciplinas que desenvolvem temáticas sobre sustentabilidade. O coordenador da PU2 informou que o curso se utiliza de uma disciplina anual. Essas iniciativas estão em discordância com a PNEA, que impede que o curso utilize uma disciplina para aplicar esse tema transversal (BRASIL, 1999 art.10). O coordenador da PU2 mencionou um trabalho solicitado por algumas disciplinas, que utiliza a contribuição do conteúdo ministrado nas disciplinas anuais sobre sustentabilidade. Confirmam-se nas entrevistas as metodologias PI e DPA, a resposta do coordenador da PR1 acrescenta a metodologia TID o Tema Transversal Incorporado na Disciplina (ARAÚJO, 2003b). A integração de temáticas sobre sustentabilidade nas disciplinas descritas pelo coordenador da PR1 e as respostas dos coordenadores das PR2 e PU1, indicam a importância da atuação dos docentes e apontam para a possibilidade de identificação de outras metodologias no questionário dos professores.

Responderam o questionário 114 docentes, sendo que, nove docentes da PR1, 31 da PR2, 34 da PU1 e 40 da PU2. Ao serem questionados se a IES inseriu temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal na disciplina: 62 (54.4%) dos docentes responderam que a IES não inseriu as temáticas nas disciplinas que ministra; 18 (15.8%) responderam que a IES inseriu as temáticas em todas as disciplinas; e 34 (29.8%) em uma ou duas das disciplinas que ministra.

O alto percentual de docentes que responderam que a IES não inseriu as temáticas nas suas disciplinas está em concordância com as respostas dos coordenadores. Apenas o coordenador da PR1 afirmou que as temáticas estão inseridas nas disciplinas do curso. Ao assinalarem as metodologias utilizadas para abordar a(s) temática(s), os docentes indicaram uma, duas ou três metodologias: 27 indicam a metodologia TID – temática está integrada intrinsecamente ao conteúdo da disciplina; 34 Atividades Pontuais (AP) – trabalhos, módulos, aulas e/ou atividades específicas na disciplina; dos 29 que indicaram a DPA – como uma disciplina específica, 21 apontaram um evento (palestra ou seminário); e 25 indicaram a PI - Atividade que envolve um trabalho coordenado entre as disciplinas. O Projeto Interdisciplinar (PI) e a Disciplina foram mencionados pelos coordenadores (PU1 e PR2).

Verificou-se que as IES pesquisadas incorporam conteúdos relacionados às temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal no curso utilizando as seguintes metodologias levantadas por Araújo (2003b): PI – Projeto Interdisciplinar; DPA – Disciplina, Palestra e Assessoria - na forma de uma disciplina e de um evento; AP – Atividades Pontuais; e TID – Tema Transversal Incorporado na Disciplina.

4.3 Objetivo Específico 3: identificar quais pressões isomórficas motivaram a inserção da temática sobre sustentabilidade no curso.

Algumas perguntas da entrevista com os coordenadores e do questionário aplicado aos docentes, foram importantes para o alcance deste objetivo. Para a questão “Como a IES se motivou a inserir as temáticas sobre sustentabilidade no curso?” os coordenadores das IES privadas informaram que a demanda do MEC deu o primeiro impulso para essa iniciativa, mas houve uma continuidade da discussão e a ação foi ampliada para além das exigências. O coordenador da PU1 informou que a motivação para a inclusão das temáticas veio das exigências sociais, que impunham uma formação mais ampla para o administrador. As expectativas sociais podem exercer pressões formais e informais, que levam a organização a

uma conformidade (DIMAGGIO; POWELL, 2005), gerando um isomorfismo coercitivo, sem ligação a uma exigência legal. O coordenador da PU2 informou que a reformulação do PPC, em 2009, quando já era coordenador, foram decisivas. Percebe-se que a experiência profissional desse coordenador, como docente e pesquisador, foi um forte motivador para o uso das temáticas sobre sustentabilidade no curso.

Na questão “Como a ação do MEC foi importante para o uso das temáticas sobre sustentabilidades no curso?” o coordenador da PR1 respondeu que o MEC foi importante por ter dado o impulso inicial. O coordenador da PR2 respondeu que esta ação motivou a IES a pesquisar sobre o tema.

Para a questão “Como a ação do MEC foi importante para a escolha da forma de transversalidade utilizada para desenvolver a temática no curso?” O coordenador da PR1 e da PU1 responderam que a ação do MEC teve uma baixa importância e que o envolvimento dos professores de diferentes áreas/cursos foi preponderante. Os modos de interpretar a realidade aliada à experiência profissional tem forte influência nas decisões tomadas dentro da organização (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Finalmente, o coordenador da PU2 aponta a combinação das disciplinas sobre sustentabilidade e os trabalhos interdisciplinares como preponderantes.

Ao serem perguntados se os professores já haviam proposto o uso de temáticas sobre sustentabilidade na disciplina, os coordenadores da PR1 e PR2 responderam que sim e os coordenadores das PU1 e PU2 responderam que não. Nas entrevistas foi possível identificar a presença do isomorfismo normativo atuando para a inserção da temática sobre sustentabilidade no curso. Isto se dá pela experiência profissional do coordenador da PU2 que atuou fortemente na reformulação do PPC, no envolvimento dos professores na escolha da metodologia para inserção da temática sobre sustentabilidade nas duas IES privadas e a forma com a PU1 se apoia na formação inicial dos seus docentes.

O isomorfismo coercitivo se destacou pela pressão social para a formação do administrador. A pressão provocada pelo MEC teve menos impacto. A exigência legal do MEC e o conhecimento sobre a PNEA, que deveriam criar um ambiente legal que obrigasse as organizações a se moldarem (DIMAGGIO; POWELL, 2005; VENARD; HANAFI, 2008), não se destacou como uma pressão isomórfica coercitiva. Não foi percebida a atuação do isomorfismo mimético.

4.4 Objetivo Específico 4: Verificar se a formação inicial do docente é geradora de pressão normativa ao contemplar temas relacionados à sustentabilidade, EA ou tema transversal.

O alcance desse objetivo utilizou as perguntas entrevista e do questionário. Somando um total de 118 pesquisados - 114 docentes e quatro coordenadores. Quanto a titulação, dos 118 pesquisados 51.7% (61) deles são doutores; 39 (33%) mestres e são especialistas 18(15%). A PNEA determina que a dimensão ambiental deve constar do currículo de formação de professores de todos os níveis e em todas as disciplinas (BRASIL, 1999 art. 11), sendo permitida aos cursos de Pós-graduação a possibilidade de se utilizar de disciplina específica. Foi perguntado aos docentes e aos coordenadores se no curso de titulação havia disciplina que abordava temáticas sobre sustentabilidade, incluindo EA, metodologias e sustentabilidade com tema transversal. Nessas questões, a maior parte dos profissionais responderam que no curso de titulação não havia disciplinas que abordavam: as temáticas sobre sustentabilidade (83); sobre EA (95); metodologias para aplicação de um tema transversal (78); e para aplicar a sustentabilidade como tema transversal (98).

O processo de formação inicial auxilia o docente a abordar problemas transdisciplinares e integrar distintos campos, além de criar processos de unificação (CARVALHO, 2003c). A educação formal gera a legitimação a partir de uma base comum nos profissionais. As

universidades e as instituições de treinamento e formação profissional constituem importantes centros de desenvolvimento de normas entre os profissionais (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

No questionário dos professores realizou-se o cruzamento entre as questões – “Você aborda temáticas sobre sustentabilidade ao ministrar sua aula?”. Nesse cruzamento, se verifica se entre os professores que abordam as temáticas sobre sustentabilidade ao ministrarem sua aula, todos ou a maior parte deles tiveram em sua formação inicial disciplinas que abordavam sustentabilidade, EA, metodologias para aplicar a um tema transversal ou metodologias para aplicar a sustentabilidade como tema transversal.

TIVERAM NA FORMAÇÃO INICIAL DISCIPLINAS QUE ABORDAVAM			Você aborda temáticas sobre sustentabilidade ao ministrar sua aula?			
			Sim 70	% 61.4	Não 44	% 38.6
Temáticas sobre Sustentabilidade	Sim	31	18	25.7	13	27.3
	Não	83	52	74.3	31	72.7
Temáticas sobre EA	Sim	19	9	12.6	10	15.9
	Não	95	61	87.4	34	84.1
Metodologia para aplicar qualquer tema transversal	Sim	36	28	40.0	8	15.9
	Não	78	42	60.0	36	84.1
Metodologia para aplicar a sustentabilidade como tema transversal	Sim	16	11	18.6	5	11.4
	Não	98	59	81.4	39	88.6

Quadro 3 Cruzamento de perguntas

Fonte: questionário

Os percentuais de professores que tiveram durante sua formação inicial as disciplinas relacionadas com a sustentabilidade, EA e as metodologias para aplicação de um tema transversal são parecidos entre os docentes que usam e não usam temáticas sobre sustentabilidade ao ministrar a sua disciplina.

A presença do Isomorfismo Normativo gerado pela formação inicial do docente não se confirma. Isto decorre da observação de que não existe relação significativa entre os professores que responderam que usam as temáticas sobre sustentabilidade na sua disciplina e sua formação ter contemplado temas relacionados à sustentabilidade, Educação Ambiental ou tema transversal.

4.5 Objetivo Específico 5: Verificar se os docentes foram capacitados para realizarem a inserção das temáticas sobre sustentabilidade ao ministrarem a disciplina e identificar os responsáveis por essa formação.

Na verificação desse objetivo foi utilizada uma pergunta da entrevista com os coordenadores e perguntas do questionário. A capacitação do profissional é um processo concomitante ao exercício profissional (GARCIA, 1992), tendo em vista que esta capacitação acaba por desenvolver novas formas didáticas e auxiliar o professor a repensar questões conceituais e as metodologias de ensino que utiliza na sala de aula (TRIVELATO, 2003). Na entrevista com os coordenadores, ao serem indagados sobre como os docentes foram capacitados para desenvolverem as temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal na disciplina, os coordenadores das PU1 e PU2 e PR2 informaram que a IES não realiza esse tipo de capacitação. O coordenador da PU1 acrescentou que a instituição tem total confiança na formação inicial dos seus professores e não ministra *cursos de doutrinação para os docentes utilizarem as metodologias para um tema transversal*.

O coordenador da PR1 respondeu que a IES realiza uma formação interna, por meio de um curso de extensão, para capacitar seus docentes a tratarem as temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal. Dos 114 pesquisados, 44,7% (51) recebeu algum tipo de capacitação/atualização profissional na IES que atua ou em outra IES. Ao serem questionados se a IES ministra/oferece cursos de formação continuada para o docente: 63 (55.3%), docentes responderam que não. Dos 45 que responderam sim, 24 tiveram também uma capacitação para aplicar um tema transversal.

4.6 Objetivo Específico 6: analisar quais metodologias e quais temas os professores utilizam para a inserção das temáticas sobre sustentabilidade como tema transversal ao ministrarem a disciplina.

O alcance desse objetivo específico foi possível por meio das questões do questionário aplicado aos docentes. Dos 114 professores pesquisados, 44 docentes responderam que não abordam as temáticas sobre sustentabilidade na disciplina e 70 abordam.

No Quadro 4 apresentam-se as respostas para a questão “Como aborda a(s) temática(s) sobre sustentabilidade ao ministrar a disciplina?”

METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS DOCENTES

	PR1	PR2	PU1	PU2
TOTAL DE DOCENTES	9	31	32	40
Nos momentos em que seja conveniente tocar no assunto e passar sua visão sobre o tema - TCO	1	5	12	11
A temática esta integrada intrinsecamente ao conteúdo da Disciplina - TID	12	8	11	10
Utilizando atividades pontuais – trabalhos, módulos, aulas e/ou atividades específicas - AP	2	5	9	8

Quadro 4 Respostas

Fonte: Questionário

As metodologias TID – Tema Transversal Incorporado na Disciplina e AP – Atividade Pontual, já haviam sido ditadas pelos docentes como metodologias utilizadas para a inserção da temáticas no curso. Foi acrescentada a metodologia TCO – Tema Transversal como Currículo Oculto. A metodologia TCO tem como característica o fato de não ter um registro ou monitoramento por parte da instituição de ensino (ARAÚJO, 2003b). É o professor quem decide o momento e o tema que deve ser passado aos alunos. As escolhas podem não contemplar os objetivos do curso para a formação do discente.

O cruzamento de todas as respostas sim (70) para “Você aborda temáticas sobre sustentabilidade ao ministrar sua aula?” com “Quais disciplinas ministra no curso de graduação em Administração atualmente?” e “Quais temáticas sobre sustentabilidade aborda em suas aulas?” tornou possível relacionar as temáticas sobre sustentabilidade utilizadas pelos professores ao ministrarem as disciplinas (Quadro 5).

Para uma uniformização das respostas, já que cada IES nomeia o mesmo conteúdo didático de forma diferente, identificamos cada disciplina citada conforme o Quadro 2 que apresenta a uma proposta para desenvolver transversalmente temáticas sobre sustentabilidade.

Quais disciplinas ministra no curso de atualmente?	Quais temáticas sobre sustentabilidade aborda em suas aulas?
Administração financeira e Orçamentária	ISO 1400; Sustentabilidade econômica e ambiental; Sustentabilidade dos ecossistemas e das empresas; Indicadores de sustentabilidade; Balanço social; Globalização e Meio ambiente;
Teorias da Administração e das organizações, Administração estratégica, Administração de sistema de informação	Questões climáticas e Mobilidade urbana; Responsabilidade social; ISE-Bovespa; Ética empresarial; Gestão de Stakeholders; Produção mais limpa; Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade econômica e social; Lixo tecnológico e TI verde; Análise do ciclo de vida.
Administração de Recursos Humanos	Sustentabilidade social e econômica; Desenvolvimento sustentável; Ecoeficiência; Responsabilidade social; Reciclagem e Projetos sociais; Gestão para o desenvolvimento sustentável.
Administração de Materiais, de Produção e Logística	Competitividade X sustentabilidade; Produção mais limpa; Localização empresarial; Logística reversa; Sustentabilidade da logística; Responsabilidade social ambiental; Projetos de sistemas de produção; Ecoeficiência; Reciclagem; Análise do ciclo de vida; Ergonomia; Competitividade x sustentabilidade.

Administração mercadológica/marketing	Consumo consciente; Absolutência planejada; Consumo verde e Marketing social; Responsabilidade social do marketing; Consumo sustentável; Sustentabilidade como Vantagem competitiva;
--	---

Quadro 5 Temáticas sobre sustentabilidade abordadas nas disciplinas

Fonte: Questionário

No Quadro 5 percebe-se que muitas das temáticas que compõem a proposta adaptada a partir de Souza *et al* (2011a;2011b) e Barbieri e Silva (2010; 2011) têm reflexo no levantamento realizado a partir da resposta dos professores.

Observa-se a necessidade de uma maior diversificação nas temáticas utilizadas. Verifica-se o uso de termos muito genéricos, tais como Sustentabilidade Econômica e Social/ Desenvolvimento Sustentável, ou pouco abrangentes, como Reciclagem e Projetos Sociais, Balanço Social e ISE Bovespa, TI Verde e Lixo Eletrônico.

No caso das IES - PR2, PU1 e PU2 que disseram não integrarem temáticas sobre sustentabilidade na disciplina e os docentes tem a liberdade de escolher as temáticas que lhes convém para inserir na disciplina. Araújo (2003b) indica que se evite essa situação, pois a escolha do docente pode não contemplar a necessidade do curso/disciplina. Uma capacitação profissional (GARCIA, 1992; TRIVELATO, 2003) poderia atualizar os docentes quanto às temáticas sobre sustentabilidade aderente às disciplinas que ministram.

5. Considerações Finais

O trabalho apresentado se contextualiza a partir do cenário traçado pela PNEA que determina a inclusão da EA em todos os níveis do ensino brasileiro, de modo transversal, contínuo e permanente, vedando às instituições de ensino sua utilização como uma disciplina específica. A falta de sintonia da PNEA com as DCN do curso de Administração é, talvez, a conclusão mais geral e importante desta pesquisa, que justifica a abordagem deste tema como objeto de investigação, o que tem, de certa forma, sido ignorado na academia da área de Administração sobre a EA para a formação do profissional de graduação. A pesquisa identificou os mecanismos isomórficos que impulsionam as organizações para uma mudança de atitude e de comportamento neste tema. O desenvolvimento desta pesquisa se norteou por responder duas questões básicas e envolveu a elaboração de seis objetivos de específicos. Estas conclusões partem da análise dos resultados alcançados, para então responder, a seguir, as questões de pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em responder as seguintes questões: Quais são as pressões que contribuem para a institucionalização da Educação Ambiental em cursos de graduação em Administração como tema transversal, conforme determina a Política Nacional de Educação Ambiental? E existem pressões isomórficas que poderiam facilitar a convergência e a articulação do ensino ambiental como tema transversal? Pelo exposto nos resultados pode-se concluir que, nas IES pesquisadas, a pressão isomórfica coercitiva, por parte da sociedade, e normativa, ligada à atuação profissional, são as que mais contribuem para a institucionalização da Educação Ambiental em cursos de graduação em Administração como tema transversal.

A pressão coercitiva exercida pelo MEC foi identificada como branda, sem sintonia com as determinações da PNEA. O que realmente leva a IES a utilizar as temáticas sobre sustentabilidade no curso de Administração são as exigências sociais para formação do administrador. Verificou-se, também, que a PNEA não permite a realização de uma disciplina sobre sustentabilidade no curso, fato observado na maioria das IES pesquisadas. Uma atuação coercitiva do MEC sintonizada com as determinações da PNEA em instituir a transversalidade na disciplina e, principalmente, uma pressão normativa provocada por uma formação inicial adequada e por cursos de capacitação que disseminassem a importância, a metodologia e as temáticas relacionadas a cada disciplina, facilitariam a convergência e a articulação do ensino ambiental como tema transversal no curso de graduação em Administração.

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que o Ministério da Educação, ao supervisionar as IES, não leva em conta a existência da PNEA. Este é um resultado forte, mas

inegável. Outras pesquisas poderiam identificar se essa postura que leva o MEC a ignorar, em seus documentos, as diretrizes traçadas pela PNEA, se faz presente na formação/treinamento dos profissionais da educação que atuam nas equipes fiscalizadoras formadas pelo MEC.

Acreditamos que, no contexto verificado, seria relevante uma pesquisa que analisasse profundamente o quanto uma formação inicial dos docentes voltada para o ensino das metodologias do tema transversal teria um impacto positivo para a devida aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental no curso de graduação em Administração. Apontamos como limitações dessa pesquisa o tamanho da amostra e a limitação na coleta dos dados, que não alcançou 100% dos professores e dos Projetos Pedagógicos.

6. Referencias

- AMBONI, N.; ANDRADE, R. O. B.; LIMA, A. J.; MULLER, I. F. Interdisciplinaridade e complexidade no curso de graduação em Administração. In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.
- ARAÚJO, U. F. Apresentação à edição brasileira. In BUSQUET, M. D.; CAINZOS, M.; FERNÁNDEZ, T.; LEAL, A.; MORENO, M.; SASTRE, G. (Orgs.). **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral**, 6º ed. São Paulo: Ática. 2003a. p 9-17.
- _____. **Temas transversais e a estratégia de projetos**, São Paulo: Moderna, 2003b.
- BARBIERI, J. C. A Educação Ambiental e a gestão ambiental em curso de graduação em Administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, n. 38, v. 6, p. 919-946, nov/dez. 2004.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. Educação Ambiental e Gestão ambiental na formação do administrador: uma visão do quadro regulatório. In MORETTI, S. L. A. (Org). **Ensino e Pesquisa em Administração: propostas sobre a capacitação docente**. São Paulo: Ottoni, 2010.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. Educação Ambiental na formação do administrador. São Paulo: Cengage-Learning, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 25 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 28.abr.1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso: 11.jul. 2010.
- BRASIL. Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 26.jun.2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 12 jul. 2010.
- BRASIL. Congresso Senado. Resolução nº 04, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2005b, Seção 1, p. 26. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2010.
- BROUTHERS, L. E.; O'DONNELL, E.; HADJIMARCOU, J. Generic Product Strategies for Emerging Market Exports into Triad Nation Markets: A Mimetic Isomorphism Approach. **Journal of Management Studies**, n. 42, v. 1 Jan. 2005.
- CARVALHO. A. M. P. (Coord.). **Formação Continuada de Professores**. São Paulo: Thompson, 2003a.
- _____. Apresentação. In. CARVALHO. A. M. P. (Coord.). **Formação Continuada de Professores**. São Paulo: Thompson, 2003b, p. VII-X.
- CORAIOLA, D. M.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Discurso organizacional e Isomorfismo institucional: As mudanças gráficas em jornais brasileiros. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 7, n. 2, p. 1-13, nov. 2008
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p 74-86, 2005.
- EISENHARDT, K. M. Building Theories From Case Study Research. **Academy of Management. The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, 1989. p. 522-550
- FENNELL, M. L. The effects of environmental characteristics on the structure of hospital clusters. **Administrative Science Quarterly**, v. 25, p. 485-510, 1980.
- FREITAS, C. A. S.; GUIMARÃES, T. A. Isomorphism, Institutionalization and Legitimacy: operational auditing at the court of auditors. **Revista de Administração Contemporânea**, 1ª Ed Especial, p. 153-175, 2007.

- GARCIA, C. M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- GIN, G. O.; SHEN, J. J.; MOSELEY, C. B. Community orientation and the strategic posture of hospitals. **Research and Perspectives on Healthcare**, v. 87, n. 3, 2009.
- GONÇALVES-DIAS, S.L.F.; TEODÓSIO, A.S.S.; CARVALHO, S.; SILVA, H.M.R. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de Administração. **RAE - Eletrônica**, v.8,n.1,p.s/n, jan-jun.2009.
- KLUGLIANSKAS, ISAK Ensino da gestão ambiental de Administradores de empresas: a experiencia da FEA/US. ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. Em: **Anais...**, São Paulo: FEA/USP, EAESP/FGV, 1993.
- LACOMBE, B. M. B.; CHU, R. A. Políticas e práticas de gestão de pessoas: as abordagens estratégica e institucional. **Revista de Administração de Empresas**, v.48, n.1, jan/mar. 2008.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; COSER, C. Rede de relações interorganizacionais no Campo organizacional de Videira-SC. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 4, p. 09-45, out./dez. 2006.
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília:MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2010.
- MORENO, M. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In BUSQUET, M. D.; CAINZOS, M.; FERNÁNDEZ, T.; LEAL, A.; MORENO, M.; SASTRE, G. (Orgs.). **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral**, 6º ed. São Paulo: Ática. 2003, p 19-59.
- NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.
- ROSSETO, C. R.; ROSSETO, A. M. Teoria institucional e a dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE – eletrônica**. São Paulo, v. 4, n. 1, jan/jun. 2005.
- SOUZA, M. T. S.; MACHADO JUNIOR, C.; PARISOTTO, I. R. S.; SILVA, H. H. M. A pós-graduação *estricto sensu* em Administração como elemento de formação de pesquisadores na área ambiental In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO , 35, 2011. **Anais Eletrônicos...**, Rio de Janeiro, set.2011a. CD-ROM.
- SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M.; MACHADO JUNIOR, C.; CORRÊA, R. Perfil e Evolução da Pesquisa em Sustentabilidade Ambiental: uma Análise Bibliométrica In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011. **Anais Eletrônicos...**, Rio de Janeiro, set.2011b. CD-ROM..
- TOLBERT, P.; ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.
- TRIVELATO, S. L. F. Um programa de Ciências para educação Continuada. In. CARVALHO, A. M. P.(Coord.). **Formação Continuada de Professores**. São Paulo: Thompson, 2003, p.63-85
- VERNAD, B.; HANAFI, M. Organizational Isomorphism and Corruption in Financial Institutions: Empirical Research in Emerging Countries. **Journal of Business Ethics**, n. 81, p. 481–498, springer/2008.
- WINTHER, J. R. C. Parecer técnico jurídico sobre a PNEA– Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9795 de 27.04.1999. In. **Educação Ambiental Legal**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.